

Leitura e adolescência: a conquista de si mesmo

*Zila Letícia Goulart Pereira Rego**

Resumo

Este estudo objetiva analisar a especificidade do contato que se processa entre adolescentes e texto literário, procurando reafirmar a importância da leitura como meio de desenvolvimento da subjetividade dos indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade em que vivem. Dessa forma, valem-nos de autores oriundos de diferentes linhas de pensamento, mas que nos oferecem uma visão amplificada sobre o tema. Para entender a especificidade do processo da leitura literária recorreremos aos apontamentos das teorias da recepção e da interpretação voltadas para a observação do processo interativo que se desenvolve entre texto e leitor. Esse, aliás, sendo um foco específico de nosso trabalho, uma vez que sua caracterização se particulariza em virtude de tratarmos de leitores adolescentes, é delineado por meio de estudos históricos, psicanalíticos e sociológicos, que também se fazem presentes quando procuramos construir o conceito difuso de subjetividade.

Palavras-chave: Adolescência. Leitura. Subjetividade.

É consenso que a leitura, em qualquer idade, constitui-se numa ferramenta apropriada para se construir a si mesmo, para dar sentido à própria vida. Conhecer-se melhor, pensar na sua subjetividade e preservar um sentimento de interioridade é uma tarefa que sugere introspecção. Evidentemente, desde a infância a leitura possui um papel fundamental na constituição do eu. Mas, nos adolescentes atuais, especialmente naqueles oriundos de uma situação de vida precária, seus efeitos podem ser ainda mais importantes, pois a leitura converte-se num momento de (re)construir-se, de experimentar, pela primeira vez, de forma mais ou menos consciente, as coisas que os afetam (sexualidade, amor, trabalho, família...) e que dão sentido à existência.

* Doutora em Teoria da Literatura - PUCRS, professora do curso de Letras do Centro Universitário Metodista - IPA, Porto Alegre, e do mestrado em Letras da Unisc, Santa Cruz do Sul.

Data de submissão: novembro de 2009. Data de aceite: dezembro de 2009.

Embora a noção de adolescência seja recente e se torne temerário enquadrá-la num rol de características fixas, a visão do jovem como um indivíduo portador de determinadas aptidões e necessidades está presente em toda a evolução da civilização ocidental. Isso pode ser observado, segundo Levi e Schmitt (1996), na Grécia clássica, quando os jovens eram figuras importantes, tanto do ponto de vista das guerras como do da educação. A imagem do mestre e seus jovens discípulos nasce nas ruas de Atenas, assim como a do jovem e destemido militar nas fortalezas espartanas. Além disso, encontramos nesse período o testemunho de vários ritos de iniciação dos jovens, especialmente os de cunho sexual, quando os meninos se iniciavam com homens maduros.

Na Roma antiga os jovens organizavam-se em instituições educacionais, praticando esportes e preparando-se para, num futuro próximo, unirem-se em matrimônios pré-contratados a fim de assegurarem fortunas e títulos de nobreza. No entanto, apesar de ocuparem espaços específicos, de contarem com determinadas obrigações e de efetivarem certas práticas, a adolescência, na aurora da cultura ocidental, estava longe de ser vista da forma como hoje a concebemos.

A noção de “idades da vida”, ou seja, de que a existência se apresenta dividida em diferentes fases e que cada uma corresponde a determinadas faixas etárias, ocupa um lugar importante nos tratados pseudocientíficos da Idade Média, como afirma Ariès (1981) em seus estudos so-

bre a constituição social da criança e da família. Essas idades falam em infância, puerilidade, juventude e adolescência, mas não na acepção que hoje temos. Na verdade, trata-se de uma terminologia erudita que, com o tempo, torna-se corrente, à medida que a família se estrutura e os papéis dos seus integrantes se definem. A criança vai, paulatinamente, ocupando seu lugar nesse núcleo, da mesma forma que a adolescência vai construindo seus sutis contornos.

De qualquer forma, as “idades da vida” correspondem a noções correntes na época medieval sobre o processo de envelhecimento do homem e são, na verdade, descrições e explicações físicas e, até mesmo, formas de conceber a biologia humana. Ariès (1981), citando a enciclopédia *Le grand propriétaire de toutes choses*, descreve essas idades medievais como sete, assim distribuídas: infância (do nascimento aos sete anos), pueritia (dos sete aos quatorze anos), adolescência (dos quatorze aos vinte e um ou aos trinta e cinco anos), juventude (até os quarenta e cinco ou cinquenta anos), senectude (dos cinquenta aos sessenta anos) e velhice (até os setenta anos ou até a morte). Essa terminologia, que hoje parece vazia, traduz na época noções científicas e corresponde, também, a um sentimento popular e comum da vida. A popularidade dessas idades torna esse tema um dos mais frequentes da iconografia profana. Nesses quadros, as ditas idades correspondem não apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais.

Apesar de constar como uma fase específica nessas “idades”, a adolescência é confundida, até o século XVIII, com a infância, tanto que nos colégios as palavras *puer* e *adolescens* são empregadas indistintamente. Mas é diferenciada da juventude, que envolve um período mais amplo, incluindo a saída da infância até as primeiras décadas da vida adulta (os vinte, trinta anos). Essa noção vigora até nossos dias, acrescida da ideia de que a juventude é a idade da mocidade, um momento posterior à infância e anterior ao período em que o indivíduo atinge seu desenvolvimento completo, a maturidade e/ou velhice. Logo, antes, como agora, a juventude envolvia a adolescência, mas não se reduzia a ela.

No decorrer do século XVII começa a se delinear o conceito de infância, quando a ideia de criança passa a ser utilizada como a conhecemos, impulsionada, especialmente, pela literatura moral pedagógica, desenvolvida com o intuito de formar as novas gerações da burguesia. Já o conceito de adolescente, o indivíduo que já não age, sente e se expressa como criança, mas que ainda não apresenta a maturidade adulta, começa a ser pressentido no século XVIII, especialmente na figura do recruta militar, caracterizado pela força viril, espontaneidade e alegria de viver.

A juventude, que, como vimos, também comporta nesse período uma nebulosa ideia de adolescência, torna-se um tema literário recorrente, uma preocupação dos moralistas e políticos. Começa-se a desejar saber o que pensa a

juventude, que aparece como depositária de novos valores, capaz de reavivar uma velha e esclerosada sociedade. Após a Primeira Guerra, com o enfrentamento entre os jovens combatentes das frentes de batalha e as velhas gerações das retaguardas, a consciência e a valorização da juventude tomam força, de tal forma que a noção de adolescência aí incluída afirma-se e se expande, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. Nada mais a interromperia, nem o casamento. Passamos de uma época sem adolescência a outra em que esta é a idade favorita. Muitos desejam chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo.

No início do século XX, os estudos psicológicos foram importantes na construção da imagem que hoje temos da adolescência. Para Piaget (1993), os adolescentes são indivíduos que constroem sistemas e teorias, pensam ideias abstratas e efetuam operações, usando abstrações que não têm, necessariamente, referência concreta, tangível. São capazes de pensar em termos abstratos, de formular hipóteses e de testá-las sistematicamente. Seus pensamentos vão além do mundo real e do presente. Os adolescentes são, por assim dizer, teóricos, pois formulam teorias sobre qualquer coisa, tudo tem sua explicação e seu lugar. Eles adquirem a habilidade de fazer proposições e veem que a linguagem lhes dá um sistema de conceitos, ideias, classificações e relações que são convencionais. Além disso, usam a linguagem como veículo do pensamento,

especialmente para o pensamento abstrato, no qual os objetos concretos não existem. Piaget (1993) afirma ainda que os adolescentes revelam um interesse especial pelas normas, embora as rejeitem, tomando para si o direito de uma interpretação própria das regras e das situações em que devam ser postas em prática. A cooperação e a reciprocidade passam a ser compreendidas como pré-requisitos para a realização de qualquer norma e comportamento social.

Em sua tentativa de definir a adolescência com base num apanhado geral de várias teorias psicológicas, Becker (1999) afirma que os adolescentes pensam muito diferente das crianças, o que se deve a transformações corporais, às novas exigências sociais que a eles se impõem e, também, a essas importantes mudanças na sua atividade cognitiva. Ao se tornarem capazes de organizar possibilidades, formular hipóteses e pensar simbolicamente, os adolescentes passam a especular, a abstrair, a analisar e a criticar. Tal transformação em suas inteligências altera todos os aspectos das suas vidas, uma vez que eles fazem uso das suas novas capacidades para refletir sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca. Mas não é apenas o modo de raciocinar que se altera nos adolescentes; suas emoções também se modificam e se enriquecem. O surgimento das primeiras sensações de excitação sexual causa estranheza e gera dificuldades para os jovens, que muitas vezes não sabem como lidar com elas.

Do ponto de vista da teoria psicanalítica, os estágios de desenvolvimento psicológico são determinados geneticamente e têm, portanto, validade universal, observável em indivíduos de qualquer cultura. Cabe à sexualidade influenciar no desenvolvimento psíquico do indivíduo, cumprindo sua ampla função de gerar prazer e de procriar, possibilitando que o sujeito vá construindo seu novo núcleo, sua própria história. Contrapondo-se aos pais para questioná-los ou para simplesmente ocupar seu espaço no esquema familiar, os adolescentes, segundo Becker (1999), deixam de encontrar na família a satisfação de suas necessidades e passam a buscar no mundo as respostas às suas ansiedades. Mas o mundo para o qual ele muitas vezes se volta é a sua interioridade, a sua intelectualização, ou seja, eles usam a reflexão e o interesse intelectual para canalizar e controlar seus instintos. É um período importante, no qual os jovens, por meio de certas experiências (como a primeira relação sexual ou a escolha da futura profissão) e do adiamento de compromissos, cumprem a tarefa de descobrir suas identidades. Pelas identificações com ídolos ou heróis e a busca de novos comportamentos, tentam fortalecer sua personalidade. Por isso, a convivência com o outro, uma turma ou um grupo, é tão importante. Entre seus iguais há a padronização de ideias e de atitudes e os jovens sentem-se fortes.

Tubert (1999), seguindo a linha de investigação psicanalítica, afirma que na cultura ocidental a adolescência define-

se como o momento em que a criança deixa de sê-lo, separando-se dos pais (e em especial da mãe) para ingressar num campo social mais amplo. Essa ruptura se expressa, geralmente, por meio da rebeldia e do confronto geracional. Toda transição, toda passagem de uma situação a outra implica um afastamento, uma separação e uma saída. Por isso, a adolescência apresenta-se como o momento em que os indivíduos descobrem o sentido – ou o sem sentido – último da existência, em que se defrontam com sua finitude e suas limitações, mas também com suas possibilidades, o que lhes permite assumir sua condição humana. Toda essa problemática manifesta-se na adolescência na forma de uma busca de ser dos sujeitos, de quem são e de que lugares ocupam ou desejam ocupar no mundo. Tal busca passa ao primeiro plano porque os adolescentes se encontram constantemente interpelados pelo próprio corpo, pela sexualidade, pela percepção da passagem do tempo, pelas relações intersubjetivas, enfim, suas atividades e seu lugar no mundo.

Entretanto, além desses importantes aspectos cognitivos e emocionais, os adolescentes com que nos deparamos hoje, neste início de milênio, apresentam outras características que os especificam ainda mais. Do ponto de vista da sociedade contemporânea, são vistos muitas vezes como um problema, como indivíduos em permanente conflito. Mas suas questões não advêm apenas de transformações corporais ou psicológicas. Há que se considerar, também, a influência de

fatores sociais, econômicos e culturais. Embora as mudanças dos adolescentes, no aspecto físico, sejam universais, com uma ou outra variação, os seus padrões de comportamento variam de uma cultura para outra, de grupo para grupo e até mesmo de um indivíduo para outro dentro do mesmo grupo.

Em nossa sociedade, a adolescência tem sido um período longo e complexo. Isso se deve a vários fatores, entre os quais o desemprego e o desenvolvimento tecnológico, que cobram cada vez mais preparação e especialização para chegar ao mercado de trabalho. Os adolescentes vivem, então, um período em que não sabem o que esperar do mundo, nem o que este deles exige, já que os valores humanos titubeiam diante das exigências de mercado, da desestruturação da família e do desrespeito às normas sociais. Assim, eles carecem de referências que os auxiliem na elaboração de suas crises interiores, e seus ritos tornam-se muitas vezes exercícios de violência e destruição. Por isso, não podemos pensar os adolescentes de hoje apenas de perspectiva do sujeito; é preciso refletir sobre as dificuldades que os cercam oriundas da degradação de nossa cultura.

Obiols (1998), ao desenvolver um estudo a respeito da adolescência argentina na chamada “pós-modernidade”, afirma que esta cultura solicita um enfoque especial sobre os adolescentes, uma vez que tal “clima” de ideias e de comportamentos afeta e influencia todos os que estão submersos nele, mas especialmente os jovens, já que a pós-modernidade

propõe o adolescente como modelo social. Segundo o autor, a adolescência está deixando de ser considerada uma etapa do ciclo vital para se converter num modo de ser que ameaça envolver a totalidade do corpo social.

Quando pensamos a adolescência no momento atual, percebemos que ocupa um grande espaço. Os meios de comunicação consideram os adolescentes um público importante; as empresas sabem que eles são um mercado de peso e lhes criam toda sorte de produtos. Além disso, alguns problemas mais sérios da sociedade atual, como a violência, as drogas e o suicídio, encontram neles suas vítimas principais. Porém, apesar desse quadro, o adolescente aparece socialmente como modelo nos meios de comunicação, em geral, e da publicidade, em particular, os quais supõem que devemos chegar à adolescência rapidamente e nos instalarmos nela para sempre. Segundo Obiols (1998), circula socialmente aceita uma estética na qual só é bonito o muito jovem e que devemos fazer perdurar a juventude enquanto seja possível, de qualquer maneira. O adulto deixa de existir como modelo físico e precisamos tratar de ser adolescentes enquanto pudermos, porque depois seremos velhos.

Como resultado imediato desse rompimento de barreiras entre o mundo adolescente e o adulto temos o fim daquilo que Obiols chama de “brecha geracional” (1998, p. 52), ou seja, um espaço entre as gerações que permite o conflito entre elas e, conseqüentemente, o amadurecimento do jovem com esse atrito. As décadas

de 1960 e 1970 foram modelares desse tipo de crise familiar e tal processo de enfrentamento era inevitavelmente doloroso, obrigando a uma perda de ilusões e de destruição de ídolos, provocando medo, tristeza, raiva e falta de confiança nas próprias forças; por outro lado, os adolescentes amadureciam e tinha a sensação de liberdade e de controle sobre suas próprias vidas. Hoje esses conflitos positivos se desfizeram e, não havendo o que contestar, não há como crescer e amadurecer. O resultado é uma crise de identidade, uma completa falta de ideais, um vazio interior cuja solução transitória é o refúgio na fantasia e uma onipotência narcisista que leva os jovens a pensarem que não precisam do mundo.

Para os adolescentes que vivem nas periferias das grandes cidades, o caminho encontrado para abrandar as crises existenciais tem sido a agressividade. Acompanhamos, no mundo inteiro, o problema da juventude que convive com a violência apaticamente, e o resultado dessa indiferença é a destruição e o entorpecimento. As agressões entre os jovens são apenas respostas à violência institucionalizada das forças de ordem familiar e social. A sociedade em que vivemos não oferece suficientes garantias de sobrevivência aos adolescentes e cria uma nova dificuldade para seu amadurecimento, pois eles, que têm como signo a busca de ideais e de modelos com que possam se identificar, encontram-se com a agressão e com o poder contra o qual não podem lutar, porque anônimo; sem alternativas, também os utilizam para

expressar seu desconforto diante da realidade.

Carvajal (2001), caracterizando a adolescência como um período de metamorfose, afirma que os adolescentes suburbanos vivem em ambientes altamente repressivos, e mesmo primitivos, onde predomina sobre qualquer outro objetivo a luta pela sobrevivência. Dessa forma, sentem-se coibidos, privados de manifestar diretamente seus típicos conflitos. A falta de oportunidades educativas e de desenvolvimento de suas potencialidades anula suas manifestações, levando-os a guardar suas crises no recôndito de si, só as liberando em situações-limite, tais como a embriaguez, a delinquência e a loucura.

Tomando emprestado o termo *sauvageon*, usado pelas autoridades francesas para designar os adolescentes dos subúrbios parisienses, Hamad et al. (1999) analisam, com ecos de Jean-Jacques Rousseau, seus comportamentos como os de seres que, vivendo à margem da sociedade e de todos os bens culturais e de conforto que esta possa gerar, não se intimidam pela sua condição e são, em última instância, os “bons selvagens” (p. 9), os avessos dos homens civilizados. Simultaneamente, são também a negação e o espelho de suas condições primitivas, aqueles que se sacrificam pelo progresso e desenvolvimento da civilização que deu certo. Mas não o fazem de forma passiva e querem, a qualquer preço e por diferentes meios, o conforto que lhes é negado. A imagem do outro, tão importante na construção da identi-

dade dos adolescentes, é atribuída aos jovens abastados e ambicionada pelos marginalizados, que se valem de todos os meios para assumir essas identidades. Quando conseguem algo que esses outros possuem, tomam-no de forma destrutiva, violenta e também efêmera, pois se veem ainda na mesma condição.

Os adolescentes que temos em mente nesta pesquisa convivem num ambiente onde há estrutura familiar deficiente, predominando a desagregação, a indiferença, a fome, o abandono e, mais que tudo, a violência. Eles estudam, trabalham, passam dificuldades, sofrem maus-tratos e ainda se veem cercados por estímulos de consumo a que não podem satisfazer. Com acesso precário à escola, da qual participam evasivamente, os jovens suburbanos encontram na linguagem uma alternativa de ocupar seus espaços. Neologismos, gírias, *raps*, vale tudo para canalizar a emoção de se sentirem à margem, excluídos da realidade e, ao mesmo tempo, totalmente inseridos nela.

Segundo Petit (1999), o que determina a vida do seres humanos é o peso que as palavras têm para eles. Quanto mais os indivíduos são capazes de nomear o que vivem, mais preparados estão para vivê-lo e transformá-lo. Da mesma forma, a dificuldade de simbolizarem o vivido, de pensarem em si mesmos e de expressarem o que sentem pode se transfigurar em atos violentos. Ao falar nos jovens das periferias francesas, a autora aponta para uma deterioração específica que os assola: o fim da sua capacidade de

simbolizar, de imaginar e de se pensarem a si mesmos. Afirma que a reconstrução psíquica, nesse caso, é tão importante quanto a reabilitação dos bairros. Nossos adolescentes também vivem esse estado de emergência subjetiva: precisam reconhecer a si próprios, emergindo do ciclo de alienação e de violência em que se encontram.

Ao investigar o papel das bibliotecas públicas na luta contra os processos de exclusão, observando de que forma alguns adolescentes se aproximam ativamente de obras literárias, o que fazem com elas e como isso interfere em suas vidas, Petit (1999) afirma que na leitura os adolescentes convertem a linguagem em algo significativo, tornando-se mais aptos a dizer suas próprias palavras, seus próprios textos, transformando-se em autores de suas vidas. Segundo a autora, a leitura literária é, para os adolescentes pobres, a oportunidade de se encontrarem com os temas mais profundos da existência humana. Nos depoimentos colhidos, constata que esses textos muitas vezes ajudam os jovens a viverem, a pensarem sobre si mesmos e a modificarem seus destinos. Tal fato leva-a a afirmar que os encontros com a literatura promovem nos adolescentes a construção do seu espaço interior, mesmo quando a realidade parece deixá-los sem nenhum espaço pessoal.

Na leitura, acredita Petit (1999), os adolescentes elaboram e conquistam outro tempo para si mesmos, uma forma de se terem a si disponíveis. Refletindo sobre os tempos de desassossego e inse-

gurança em que vivemos e, sobretudo, de perda das referências culturais, religiosas e simbólicas que nortearam a vida das sociedades, a autora afirma:

Em relação a este ponto, chegar a se conhecer melhor, poder pensar-se em sua subjetividade e manter um sentimento de individualidade, cobra uma importância ainda maior. Assim se evita ficar exposto a que uma relação totalizadora com uma banda, uma seita, uma etnia, uma confraria, uma mesquita ou um território, venha a trazer o remédio para as crises de identidade, para a marginalização econômica e política. (1999, p. 75, tradução nossa).

Se com algumas palavras o mundo expulsa os adolescentes de um lugar ou lhes nega algo a que têm direito, com outras, as que habitam os livros, eles encontram acolhimento, generosidade, reintegração consigo mesmos. Mencionando Jean-Jacques Rassial, Souza (1999) afirma que a adolescência é idade da escritura, um momento em que ler e escrever muda de valor de diferentes maneiras, já que o ato de escrever e a leitura permitem uma interrogação radical acerca do lugar do sujeito. Destaca que a relação com a escritura e com a leitura coloca-o diante de uma alteridade, o desconhecido, o estranho, a ruptura, abrindo-lhe o caminho de conquista de um espaço. É desse tempo, desse intervalo entre decisões, de experimentação de letras e palavras num território, a princípio, estrangeiro que os adolescentes vivem e, mais do que isso, necessitam. Em suas crises de identidade, precisam desses vácuos para se construir como sujeitos, para encontrar seus lugares entre a infância e a idade adulta.

Os adolescentes têm a impressão de que o mundo está cheio e de que tudo já foi dito ou feito, não sabendo onde se colocar e como fazer para alterar o que já está estabelecido. Eles vivem, em nossa cultura, um tempo de comoção na sua subjetividade, já que se encontram expostos a constante descuido e desamparo. Jerusalinsky et al. (1999), abordando os traumas dos adolescentes, afirma que esses jovens arriscam ganhar ou perder pares, ou seja, suportar a solidão real ou estabelecer laços substitutivos familiares dos quais devem se distanciar para penetrar no mundo. Ao refletir sobre as possibilidades de eles virem a mudar suas estruturas subjetivas, a alterar as inscrições impostas na infância, o autor afirma que a adolescência se caracteriza como o momento em que se realiza a mudança no polo do relacionamento, representado na infância pela mãe e, na idade adulta, pelo social. Entre um e outro há um momento de suspense, em que os adolescentes precisam realizar uma operação de preenchimento, algo que lhes exige muito e que vários deles não chegam nunca a concluir, vivendo uma eterna adolescência. Viver esse momento de “suspense” coloca-os entre o comodismo e a excitação, entre a preguiça e a compulsão.

Os adolescentes prolongam ao máximo possível esse tempo de resolução a fim de correrem menos riscos num espaço e num tempo nos quais o risco é máximo, especialmente o de não sobreviverem. Por outro lado, é um momento

em que alterar seus registros e fortalecer sua subjetividade é possível. Ruffino (1999) reflete sobre o papel da escrita na adolescência e vê essa construção de si mesmo como um processo desencadeado a partir de uma atividade que cria algo novo sobre os fragmentos de uma outra organização. Afirma ainda que os sujeitos constroem algo quando se surpreendem, quando não suportam a própria ignorância. Nossa cultura é marcada pela ideologia do bem-estar, na qual cada um procura no consumo a promessa da felicidade, bem como uma âncora para sua identidade pessoal. A subjetividade constrói-se como uma resposta à mensagem que vem desse outro (família, amigos, escola, sociedade). É na adolescência, momento de perda e de construção de si mesmo, que a subjetividade se encontra fragilizada para responder aos apelos dos ideais sociais. Sem ritos ou sem amparo familiar, os adolescentes buscam se significar por meio dos objetos que consomem, inclusive do que leem.

Logo, ao termos como foco a subjetividade dos adolescentes, faz-se importante aprofundar alguns aspectos sobre o tema. Quando falamos sobre o humano, sobre o que nos constitui, deparamo-nos com várias áreas do conhecimento, com a história, a filosofia, a psicologia, a sociologia, entre outras. Acreditamos que a aproximação entre algumas das suas considerações sobre o sujeito e a constituição de sua subjetividade pode nos proporcionar uma perspectiva privilegiada desses temas.

Antes, entretanto, queremos delimitar alguns conceitos que se entrecruzam quando pensamos sobre a subjetividade. O primeiro é o de indivíduo, que podemos definir como aquilo que é indivisível, o exemplar de uma espécie que se constitui numa unidade distinta. Segundo o dicionário, indivíduo é “a pessoa humana considerada quanto às suas características particulares, físicas ou psíquicas”. (HOLANDA, 1998, p. 359). Assim, “indivíduo” é um conceito abrangente e sua definição passa pela ideia de identidade, de um conjunto de características próprias e exclusivas de uma só pessoa, do reconhecimento de que um indivíduo é ele mesmo, idêntico a si mesmo.

Ambos os conceitos, indivíduo e identidade, situam o ser em relação ao mundo como diferente dos demais, único. Há, no entanto, um estágio mais aprofundado nesse processo identificatório, que é o momento em que o indivíduo se torna sujeito, pois traz em si, na sua interioridade, uma subjetividade. O sujeito, portanto, é o indivíduo com qualidades, o ser real que se considera como portador de características próprias e que é capaz de agir sobre a realidade, dominando seu destino e suas vontades. Assim, quando nos propomos delimitar o conceito de subjetividade, partimos da noção de que é um estágio mais profundo do que a noção de indivíduo e, ainda, um complemento à identidade do sujeito.

O *Dicionário Aurélio da língua portuguesa* (1998) define a subjetividade a partir do adjetivo “subjetivo”, daquilo

que é relativo ao ou existente no sujeito, individual, particular, pessoal; o que é passado única e exclusivamente no espírito de uma só pessoa e que, portanto, é válido para um só sujeito. Chauí (1995), por sua vez, afirma que a subjetividade se manifesta plenamente como uma atividade que sabe de si mesma, portanto como uma consciência de si mesmo. Mas nem sempre a consciência está inteiramente alerta e atenta, uma vez que, por diversos motivos (ingestão de álcool, anestesia, drogas...), podemos perder gradualmente a consciência de ver, de sentir, de lembrar. Logo, a nossa subjetividade constitui-se em graus de consciência, que pode ser passiva, vivida, ativa e reflexiva.

Interessa-nos, especialmente, a última consciência, caracterizada pela autora como aquela que reconhece a diferença entre o interior e o exterior, entre si e os outros, entre o sujeito e as coisas. Esse grau de consciência permite à existência apresentar-se em quatro modalidades: eu, pessoa, cidadão e sujeito. Tal noção aponta para a capacidade humana de conhecer, de saber que conhece e de saber o que sabe que conhece. A construção da subjetividade parte, portanto, do conhecimento das coisas em si e do conhecimento desse conhecimento, a reflexão. É saber-se sujeito que se reconhece como distinto dos objetos, que cria e descobre significações, que institui sentidos e que elabora conceitos, ideias, juízos e teorias. É ser dotado da capacidade de se conhecer a si mesmo, de refletir sobre seus atos e emoções, manifestando-se como

sujeito percebedor, capaz de imaginar, memorizar, falar e agir.

Nessa tentativa de definição do sujeito, cabe perguntarmos se há uma verdade sobre ele, uma essência do mesmo que se situa para além das aparências. Isso porque o fato de o sujeito explicitar abertamente suas posições, de colocar à vista suas ideias e emoções, não o conduz necessariamente a se conhecer melhor, nem a si nem aos outros. Certamente, podemos falar em interioridade, intimidade, privacidade ou subjetividade, mas precisamos ter em mente que tais conceitos podem não dar conta da essência de cada um. Da mesma forma que as áreas de conhecimento, sozinhas, não conseguem explicitar o conceito de sujeito, precisamos recorrer a tópicos da sociologia, da filosofia e da psicologia nessa tentativa de recortar os limites constitutivos da subjetividade.

Cruz (1996), ao organizar um vasto material acerca do assunto, assinala que o sujeito afirma sua identidade perante si e os outros e que são justamente esses outros que devem sancionar essa diferença. Para o autor, as duas dimensões (interna e externa) são importantes e necessitam-se reciprocamente. Assim, se pensamos a subjetividade como aquilo que diz respeito apenas a um interior completo, preso a si mesmo e autossuficiente, desconsideramos uma série de dados e relações que são constituintes do sujeito. A forma como ele se relaciona com o grupo social revela como quer ser visto e considerado; a imagem que circula influencia na sua própria opinião sobre

si mesmo. Dessa maneira, não podemos pensar numa essência do sujeito fechada em si mesma, que precisamos desvelar, mas numa subjetividade a ser construída na interação sujeito/mundo.

Surge, nesse sentido, a questão de que valor possui o que um sujeito acredita saber de si. Do ponto de vista sociológico, afirma Cruz (1996), esse valor é relativo, mas não se pode prescindir dele. A verdade dos homens não está apenas no resguardo do seu íntimo, mas numa forma particular de se expor, de usar a sinceridade enquanto compromisso com a realidade. Refletindo sobre as máscaras que os sujeitos utilizam nas suas relações sociais, o autor procura abolir a conotação negativa que têm e, mencionando estudos de Arendt (1997), caracteriza essas máscaras como filtros por meio dos quais se manifesta a singularidade de cada um. Para Cruz, elas são úteis nos tempos atuais como protetoras da intimidade dos indivíduos, tantas vezes violentados em sua privacidade.

Os estudos das relações entre sujeito e sociedade, bem como sobre a influência de um sobre o outro, têm sido centrais para a sociologia. Ao longo da sua constituição, os estudiosos seguiram por dois caminhos: aquele que, herdeiro de Auguste Comte, postula a primazia do todo sobre as partes e, neste caso, da sociedade sobre o sujeito, e aquele que, na esteira da tradição individualista inglesa, defende que as leis dos fenômenos sociais só podem ser as leis das ações e paixões dos sujeitos unidos em sociedade. No entanto, sabemos que só é possível analisar a relação

entre o sujeito e o meio em que vive com base numa concepção dialética que reconheça que a realidade social se sobrepõe ao sujeito, atinge-o e altera-o da mesma forma que a sociedade só se constitui como tal enquanto significação humana, ou seja, é um produto das atividades dos indivíduos, da mesma forma que o homem é um produto da sociedade.

Por outro lado, ao refletir sobre o espaço que o sujeito ocupa nos estudos filosóficos, percebemos que essa categoria é a expressão do individualismo moderno em seus distintos aspectos e problemas. Sua noção domina a filosofia moderna e contemporânea, e a ideia de um sujeito moral autônomo e responsável, assim como de um cidadão livre, é tema do pensamento ético e político desses tempos. Podemos dividir em etapas o desenvolvimento dessa categoria.

A primeira etapa envolve a constituição do conceito de sujeito e dos temas que com ele se articulam, como liberdade, autonomia, igualdade, entre outros. Esse período vai do Renascimento até a Ilustração, ou de Montaigne a Kant. É o momento de formação do Estado moderno, em que o sujeito perde as certezas e se vê diante da sua própria subjetividade, precisando refletir sobre o lugar que ocupa, sobre suas relações com a comunidade. Kant (1999) considera o homem dotado de uma razão ativa ou produtiva, livre da tutela de qualquer autoridade exterior. Para ele, a consciência humana possui estruturas *a priori*, chamadas de “razão pura” e que, como funções lógicas, determinam que a experiência seja para

o sujeito como é. Dessa forma, a sensibilidade, o entendimento, a razão, etc. são universais lógicos de toda mente humana e organizam a experiência possível para qualquer ser humano.

Além disso, segundo Kant (1999), o sujeito apresenta uma razão prática, responsável pela consciência moral, decomposta em três categorias: a universalidade, pela qual o sujeito atua segundo seu desejo ou o de uma comunidade; a humanidade, que conduz a que cada sujeito reconheça a integridade e a liberdade do outro; a autonomia, que permite ao sujeito ter sua própria lei, mas incluída numa lei universal. Esse indivíduo metafísico de Kant dominou grande parte dos estudos filosóficos até o limiar do século XX, quando outras concepções floresceram.

A segunda etapa no desenvolvimento da ideia de sujeito seria a do descentramento, de crítica à moral e à política, ligada à noção de sujeito autônomo e compreendendo um período que vai de Hegel e Marx até Adorno, Foucault e Derrida. Hegel é a transição entre dois momentos distintos: a pré-Revolução Francesa e o desenvolvimento das ciências sociais e históricas. Com ele ocorre a culminância da filosofia do sujeito, que procura se autotranscender, refletindo sobre sua universalidade, chegando ao espírito universal. O sujeito moral kantiano é uma forma abstrata que, em Hegel, adquire substância; a moralidade transforma-se em eticidade e a subjetividade funde-se com a objetividade comunitária.

O desenvolvimento das ciências sociais acabou por derrubar algumas dessas considerações sobre o sujeito. Podemos destacar nesse sentido os estudos linguísticos desenvolvidos no século XX, que incluem a categoria da linguagem nas relações entre indivíduos, assim como a psicanálise, que postulou um outro nível de sujeito, o do inconsciente. Esses descentramentos não eliminaram a ideia de sujeito, apenas relativizaram alguns poderes e reafirmaram sua autonomia.

Por fim, a terceira e última etapa no desenvolvimento da noção de sujeito seria a mais recente, a da reconstrução e reabilitação da subjetividade, uma etapa que inicia na década de 1960 e se estende aos dias atuais. Ao longo do século XX, prosseguiu o processo de descentralização do sujeito tanto do liberalismo como do idealismo. Podemos destacar autores como Wittgenstein, que aborda o sujeito a partir da sua constituição social linguisticamente mediada, ou Foucault, que nega o sujeito em determinados momentos, mas acaba reivindicando alguma forma de soberania do indivíduo.

Vista dessa forma, a evolução do conceito de subjetividade parece um processo harmônico, que resultou numa ideia clara e precisa sobre o assunto, mas sabemos que não é bem assim. É difícil prever o momento em que tais noções passaram ao foco das atenções, mas talvez mais difícil seja construir uma conclusão sobre o que realmente constitui o sujeito. Para Pardo (1996), não podemos pretender que a subjetividade

comece com Descartes, mas podemos dizer que com seu *cogito, sum* ele é um ponto de partida para as reflexões acerca do subjetivo. Muitas foram as revisões que tal fórmula recebeu, especialmente no sentido de que pensar e existir não se equivalem.

Segundo Pardo (1994), grande parte da filosofia contemporânea dedicou-se à realização da crítica da subjetividade, que significa o combate à identidade metafísica do sujeito que Kant minuciosamente equacionou, de modo que a fórmula resultasse diferente: não sou o que penso, não penso o que sou e meu ser (a presença que me precede e desperta minha consciência) não pode coincidir com minha representação. Na verdade, o sujeito é sempre outro que pensa ser. O contato consigo mesmo, que precede qualquer objetivação ou reflexão, é sempre o contato com um outro, a sensação de uma diferença.

Como vemos, os termos “sujeito” e “subjetividade” trazem em si uma série de questões de difícil resolução. Uma delas diz respeito à definição mesma de subjetividade. Sabemos que um sujeito não é algo que se consiga reduzir a uma fórmula ou receita. Há graus de subjetividade, um conjunto, na verdade, de traços e características que separam os seres humanos de outros seres. E, sendo assim, ser um sujeito pressupõe apresentar um certo grau de profundidade e complexidade psicológica, da mesma forma que possuir um ponto de vista sobre a realidade, com base no qual o sujeito interage com ela. Moya (1996), em artigo

sobre o sujeito enunciado, afirma que a subjetividade inclui três aspectos: o intencional, no qual se mobilizam crenças e desejos; o sensitivo, onde se encontram sensações e sentimentos, e o prático, ou seja, a capacidade de discernir, decidir e agir intencionalmente.

Embora sejam traços importantes na definição da subjetividade, percebemos que, sozinhos, não oferecem a plenitude do conceito, já que alguns deles permitem ser atribuídos a outras espécies animais. Nesse ponto, Moya (1996) destaca a importância da responsabilidade do sujeito sobre seus atos, pensamentos e ações. Essa responsabilidade advém do autoconhecimento, ou seja, do fato de o sujeito ser responsável por suas próprias ações em vista de saber o que está fazendo e de conhecer suas crenças, desejos e intenções. Assim, a subjetividade requer, além de certos estados mentais, o conhecimento desses, uma capacidade reflexiva.

O autoconhecimento tem sido o foco de muitas discussões na história da filosofia. É um enigma, e muitos filósofos dedicam grande parte dos seus estudos ao tema, que está, como vimos, intimamente ligado à constituição da subjetividade; envolve um sentido de intimidade e de pertinência a um só sujeito. Conhecemos nossas crenças, sensações e intenções baseados numa mistura de padrões íntimos, pessoais, com dados externos, que valem para os sujeitos em geral. É esse meio-termo que permite ao sujeito reconhecer e expressar o que sente, pensa, deseja ou ambiciona.

Ao pensarmos a subjetividade com base na fenomenologia, em consonância com o movimento que fizemos em relação ao texto poético, percebemos que a tradição cartesiana inspirou algumas correntes fenomenológicas, de forma que essas concebem a subjetividade a partir da ideia da consciência imediata que o sujeito tem de entidades e eventos não físicos que vivem em sua mente, numa atividade que não distingue aparência de realidade. Um objeto, no caso, não existe senão enquanto é percebido, o que o torna tão misterioso quanto a faculdade de percebê-lo. Por isso, é preciso ir além dessa concepção fenomenológica do sujeito, considerando a perspectiva de um outro na constituição do objeto na consciência, um movimento complementar entre o eu e o outro.

Um exemplo de como esse outro exterior é importante para a constituição da subjetividade é o fato de que um sujeito só sabe que algo lhe passa porque, em algum momento, os outros a esse fato se referiram, de tal forma que o próprio sujeito é capaz de atribuir a alguém essa mesma sensação, como a dor, por exemplo. Ambas as atribuições se ligam reciprocamente. A constituição de conceitos mentais pelo sujeito ocorre, como vemos, por meio de uma completa interação de atribuições e perspectivas. Outros nos atribuem estados mentais sobre a base da nossa conduta e nós atribuímos esses estados aos demais sobre essa mesma base, mantendo nossa autoridade sobre o que percebemos, sentimos ou desejamos.

Talvez um dos fatores que contribuem para que a noção de sujeito seja controversa seja o fato de que é, simultaneamente, evidente e oculta. Evidente porque em quase todas as línguas existe uma primeira pessoa do singular, de quem partem pensamentos, linguagem e ações relacionadas ao sujeito único, particular. Por outro lado, não temos como precisar onde ele se encontra, o que é, em que se baseia esse sujeito, a ponto de muitas vezes questionarmos se é uma aparência ilusória ou uma realidade.

Em muitos momentos das religiões, e até da filosofia, a ideia de sujeito esteve relacionada (e até confundida) com a noção de alma, uma parte superior, para além da materialidade, onde se fixam o juízo, a moral, a liberdade... Mas, pelo lado da ciência, o sujeito é caracterizado segundo determinismos físicos, biológicos, sociológicos ou culturais, o que acaba por dissolver sua particularidade de sujeito único em meio a categorias científicas generalizantes. O sujeito oscila, portanto, entre duas noções paradoxais: a que envolve seu conhecimento objetivo, científico, e a que diz respeito a noções intuitivas, reflexivas. Por um lado, as ciências, as técnicas; por outro, a alma, a sensibilidade. Vivemos dentro dessa oposição quando procuramos entender o que é a subjetividade.

Uma possibilidade de resolver esse dilema é pensar a subjetividade a partir da ideia de autonomia, não apenas como liberdade, mas como auto-organização, um sistema que constrói e reconstrói a autonomia a partir do exterior ao sujeito.

Esse extrai do mundo informações a fim de organizar seu comportamento. Os indivíduos produzem a sociedade, mas também são produzidos por ela; logo, a noção de autonomia deve ser vista como algo relativo e complexo. Quando o sujeito se refere a si mesmo, também está se referindo ao mundo externo, porque para saber de si precisa estabelecer uma distinção fundamental entre si e o mundo, atribuindo, inclusive, valor a ambos. Morin refere-se a esse processo como “auto-exo-referência” (1996, p. 50) e afirma ser esta a parte constitutiva da identidade subjetiva: a distinção entre o eu e os outros eus.

Uma forma de observarmos um princípio de constituição de nossa subjetividade é o fato de que, apesar de sofrermos transformações corporais, celulares e moleculares, deixando de ser os mesmos que éramos há cinco, dez anos, ainda somos os mesmos, pois há um lugar central em que o eu não se modifica, num processo contínuo da identidade. Temos, inclusive, a ilusão de apresentarmos uma identidade estável, sem percebermos que somos diferentes conforme nossos humores e paixões, conforme a vida se nos apresenta.

Diante do que até aqui levantamos, podemos definir a subjetividade como uma qualidade fundamental do ser humano, que não se limita à singularidade morfológica ou psicológica. É uma realidade que envolve o entrelaçamento de vários componentes, que a seguir detalharemos, inclusive dos que dão conta da fragilidade do ser diante do acaso, da

incerteza e da morte. O primeiro aspecto da subjetividade é o fato de envolver um sujeito cerebral, com percepção, capacidade de representação, de decisão e de ação, mas também, e principalmente, de sentimentos e afetividade. Apresenta um caráter afetivo que não se opõe nem inibe a inteligência, pois ambos estão estritamente ligados.

Outro aspecto próprio do ser humano e que constitui o seu ser sujeito é o domínio da linguagem, com a consequente inserção numa cultura. Ele toma consciência de si e do mundo mediante a linguagem, que é seu instrumento de objetivação. É na consciência que sabemos quem somos, que desenvolvemos a capacidade de nos autorreferirmos e de refletir sobre nós mesmos. Esse processo do sujeito que se objetiva é responsável pela ideia da presença de um duplo, o nosso outro eu, manifestado na sombra, no reflexo e no sonho.

A liberdade, como capacidade de escolha entre diversas alternativas, é outro elemento característico da subjetividade humana. Está ligada à ideia de autonomia do sujeito, de poder de escolha e, consequentemente, de construir alternativas para seu eu. Esse é um aspecto importante, pois permite que o sujeito escape a alguns determinismos que, por vezes, podem ameaçar envolvê-lo. Assim, mesmo em face de grandes pressões e de cerceamento das individualidades, ele é capaz de encontrar alternativas para si, aprendendo a driblar imposições e encontrando um equilíbrio entre suas

vontades e necessidades e a realidade que o cerca.

Portanto, há na subjetividade um espaço destinado à noção de espírito, de alma, de um elemento que transcende a materialidade do ser e que se converte numa promessa de permanência do sujeito. Essa noção está ligada ao espaço de uma certa insuficiência do eu, que, para não ser só, necessita se satisfazer com outro sujeito. Na relação amorosa, nos laços de afeto que o sujeito estabelece, está embutida a ideia de que um outro nos restitui a nós mesmos, devolvendo a plenitude de nossa alma.

Há, ainda, um aspecto da subjetividade que Morin (1996) destaca e que, de certa forma, está relacionado com a ideia anterior. Trata-se da sensação de contingência do sujeito: ele sabe que não é o primeiro, nem o puro, nem o único. Logo, o sujeito vive dessa incerteza quanto a si, oscilando entre o tudo (pois assim se sente) e o nada (que, na verdade, o é perante a imensidão do universo e da vida). Para si próprio, ele é a medida de todas as coisas, é o centro do seu mundo. Porém, objetivamente, não é nada no universo, é minúsculo e efêmero. A morte é o elemento que gera essa sensação, pois é, para o sujeito, o fim de tudo, mas não do mundo, que segue sem sua presença. É muito difícil para o sujeito conviver com sensações tão antagônicas, do que surge muitas vezes a necessidade de um apoio, materializado, por exemplo, nas religiões.

Rolnik (1997), ao pensar, do prisma da psicanálise, nos limites entre a cul-

tura e a subjetividade, considera esta como o perfil de um modo de ser – de pensar, de agir, de sonhar, de amar, etc. – que recorta o espaço, formando um interior e um exterior. A autora vê as transformações pelas quais passa o mundo, a globalização da economia e os avanços tecnológicos que aproximam universos de toda espécie, como fatores que lançam a subjetividade no estranho, forçando-a a se reconfigurar. A experiência do rompimento de fronteiras entre identidades e a exigência de produção de novos perfis pelo sujeito, em harmonia com as cobranças do mercado, provocam na subjetividade a sensação de fracasso e despersonalização.

Construí-la ou reconstruí-la é, portanto, uma tarefa para o sujeito único, voltado para si mesmo, e, convenhamos, no mundo atual não encontramos muitas atividades que estimulem a reflexão. Para os que vivem à margem dos bens sociais, do conforto e da informação privilegiada, chegar a esse nível de consciência é tarefa mais difícil ainda. O usual é os adolescentes se entregarem à ilusão das drogas e do tráfico, ao embrutecimento e à alienação. O encontro com a poesia, porém, é uma alternativa.

Movimentos musicais como o *rap*, que se vale de recursos poéticos, revelam o quanto essas construções são valiosas para a expressão desse jovem. Disseminado pelo mundo a partir dos guetos americanos, esse ritmo adquiriu feição popular no Brasil, traduzindo a inconformidade das classes desfavorecidas com as desigualdades sociais e com a violên-

cia. Os adolescentes, no contato com esse tipo de composição, encontram-se com alguns recursos poéticos. Os labirintos de palavras, sons e sentidos são caminhos percorridos com prazer pelos jovens e são uma reserva de símbolos e imagens que podem lhes servir no momento da descoberta de si mesmos.

Bordini (1997) afirma que o texto poético caracteriza-se por uma aparente não funcionalidade comunicativa, pois o sujeito que fala no poema converte-se no sujeito que o lê, e a comunicação parece não ocorrer entre esses indivíduos distintos. Contudo, é justamente nessa identificação instantânea entre o eu poético e o eu leitor, nessa aparente incomunicabilidade, que reside a efetividade e a contundência do discurso poético. Ao refletir sobre a poesia contemporânea e a capacidade dos jovens leitores de realizarem o esforço interpretativo que requer, a autora afirma que, da mesma forma que “a poesia não é um bloco de sentidos absolutos e imutáveis, também o público não é estático: pode aprender e pode modificar seus valores”. (p. 57).

Larrosa (1998) tem uma visão peculiar sobre a experiência da leitura literária. Para ele, o leitor não recebe passivamente o sentido, não o deforma através da sua subjetividade, pois a leitura é vista como palavra, e vice-versa; é uma atividade que se relaciona com aquilo que nos faz ser o que somos, com a nossa interioridade, não com aquilo que sabemos. A leitura é, portanto, algo que nos forma, ou, como afirma o autor, que “nos de-forma ou nos transforma”

(p. 16, tradução nossa), o que nos constitui e nos questiona acerca do que somos. Para vermos a leitura como formação, é preciso levar em conta que deve ser uma experiência, algo que nos toca e nos atinge. Portanto, é preciso vê-la a partir de uma relação produtiva entre leitor e texto, entre adolescentes e poemas. Deve haver uma produção de sentido: o sujeito vê no texto um outro, que permanece estranho ao seu eu e que, por isso, o atinge e o leva à transformação.

Assim, acreditamos que a experiência da leitura da poesia possibilita aos adolescentes a construção de sentidos para si, a instrumentalização da sua consciência com uma pluralidade de signos e símbolos que poderão ser a chave para a sua autopercepção. Ao se verem envolvidos no deciframento dos sentidos possíveis de uma palavra, verso ou poema, eles estão desvendando o próprio eu, que reside para além do que suas exterioridades revelam. Os desdobramentos da significação literal de um texto permitem aos jovens leitores descobrir outras possibilidades de compreensão de si, refazendo um caminho interior e construindo sua subjetividade. A leitura da poesia permite-lhes, por fim, ampliar suas considerações acerca da existência e da realidade em que vivem.

Reading and teenagehood: the conquest of oneself

Abstract

This study aims to analyse the specificity of the contact that takes place between adolescents and literary texts, seeking to reaffirm the importance of reading as a means to develop one's subjectivity and, consequently, the society where they live. On this regard, we take authors from different lines of thought, but that offer us a broad view on the matter. For fully understanding the specificity of the process of reading literary texts we refer to the theories of reception and interpretation related to the observation of the interactive process that develops between texts and readers. In fact, this is specifically focused in our paper, since its characterization becomes particular as we deal with young readers, being delineated through historical, psychoanalytic and sociologic studies, which are also present when we seek to construct the vanishing concept of subjectivity.

Key words: Teenagehood. Reading. Subjectivity.

Referências

- ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: TLC, 1981
- BECKER, Daniel. *O que é adolescência*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- HORACIO; LONGINO; ARISTÓTELES. *Poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- BORDINI, Maria da Glória. Política, criança e poesia infantil. In: PAULINO, Maria da

- Graça (Org.). *O jogo do livro infantil*. Textos selecionados para formação de professores. Belo Horizonte: Dimensão, 1997.
- CARVAJAL, Guilherme. *Tornar-se adolescente*. A aventura de uma metamorfose. Uma visão psicanalítica da adolescência. São Paulo: Cortez, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1999.
- CRUZ, Manuel (Org.). *Tiempo de subjetividad*. Barcelona: Paidós, 1996.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micro-política: cartografias do desejo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HAMAD, Nazir et al. *O adolescente e a modernidade*. Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- JERUSALINSKY, Alfredo et al. *Adolescência entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- KANT, Emmanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- LARROSA, Jorge. *La experiencia de la lectura*. Estudos sobre literatura y formación. Barcelona: Alertes, 1998.
- LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. I e II
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MOYA, Carlos. El sujeto enunciado. In: CRUZ, Manuel (Org.). *Tiempo de subjetividad*. Barcelona: Paidós, 1996.
- OBIOLS, Guilherme e Sílvia. *Adolescência, posmodernidad y escuela secundaria*. Buenos Aires: Kapelusz, 1998.
- PARDO, José Luís. El sujeto inevitable. In: CRUZ, Manuel (Org.). *Tiempo de subjetividad*. Barcelona: Paidós, 1996.
- PETIT, Michèle. *Nuevos acercamientos a los jóvenes y la lectura*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997
- RUFFINO, Rodolpho. Escrever, construir: por onde a operação do adolescer poderia não fracassar. In: JERUSALINSKY, Alfredo et al. *Adolescência entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- SOUZA, Edson Luis André de. Os eus nos textos: escritos de adolescentes. In: JERUSALINSKY, Alfredo et al. *Adolescência entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- TUBERT, Sílvia. O enigma da adolescência: enunciação e crise narcisística. In: HAMAD, Nazir et al. *O adolescente e a modernidade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.